

ENTREVISTA | JOÃO VIEIRA LOPES | Presidente da CCP

“A política deste Governo foi uma desilusão”

Vieira Lopes confessa que tinha a expectativa de que o Governo suportado pela maioria absoluta melhoraria o funcionamento da economia. Em vez disso, debate-se com “perturbações internas”, atira.

ISABEL PATRÍCIO
ipatricio@medianove.com

O presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) defende que é preciso que uma entidade independente avalie toda a cadeia de valor para perceber a origem da escalada dos preços, sendo a fiscalização da ASAE curta. João Vieira Lopes diz ainda que a política do Governo está a ficar aquém das expectativas e critica as mexidas à lei laboral que o Parlamento aprovou e que aguardam o “sim” do chefe de Estado.

As confederações patronais enviaram uma carta ao Presidente da República a pedir que avalie as medidas inconstitucionais da Agenda do Trabalho Digno. Que medidas específicas estão a preocupar os patrões? Há vários tipos de medidas, que vão do outsourcing não poder ser utilizado em certas circunstâncias às relações em termos contratuais terem diversas limitações. Acima de tudo, não houve uma discussão pública, conforme manda a Constituição, deste conjunto de medidas antes de serem apresentadas à Assembleia da República.

A vossa vontade é que o Presidente da República peça ao Tribunal Constitucional que avalie as medidas antes de as promulgar? Exatamente.

Sentiram da parte do Presidente da República abertura para isso, quando foram recebidos? O Presidente da República disse que iria estudar a posição sobre esta situação. Não tem sentido fazer acordos sobre temas deste tipo sem um aprofundamento grande em termos de Concertação Social. Sucede que não houve acordo dos parceiros sociais. A nossa expectativa era que um Governo de maioria absoluta repusesse esta discussão até tentarmos chegar a um acordo. Não houve da parte do Governo o mínimo esforço nesse sentido. Usaremos todos os meios

possíveis para tentar que situações dessas não só não se repitam, como vários destes temas sejam repostos em discussão.

Está em cima da mesa a suspensão novamente da participação das confederações patronais na Concertação Social? Essa questão não foi posta, mas são temas que estarão sempre em aberto.

E denunciariam o acordo de rendimentos em resposta? Este tipo de situações nunca foi discutido.

Que compensações poderiam ser dadas às empresas? Colocamo-nos claramente na necessidade de reequilibrar um conjunto de situações que têm sido, na nossa opinião, negativas para as empresas, para a economia e, com reflexo também nos trabalhadores. Iremos propor a reabertura do debate da organização do tempo de trabalho, mas a seu tempo.

E que ponto da situação faz das medidas previstas no acordo de rendimentos? Ainda não está clarificado como é que se vão aplicar os benefícios fiscais para quem aumentar [os salários]. Por outro lado, preocupamo-nos também a situação do Fundo de Compensação de Trabalho. Já

“

Não houve uma discussão pública das mexidas à lei laboral. A questão da constitucionalidade tem de ser tomada em conta. Dissemos isso ao Presidente da República”

vamos em março e as empresas continuam a descontar esse valor. Há também questões como, por exemplo, tudo o que tem que ver com o sector automóvel poder abater os veículos já antigos. E um dos pontos do acordo tinha que ver com um plano para a competitividade do comércio e serviços. Começamos a discutir esses temas, apresentámos propostas, mas não temos ainda qualquer resposta concreta.

A implementação do acordo de rendimentos está, portanto, atrasada. Esta última medida em particular é uma que nos preocupa bastante, porque no PRR [Plano de Recuperação e Resiliência] há relativamente poucas medidas para a área do comércio e serviços. Só há dois projetos. Estamos a falar de um sector que, no seu conjunto, emprega mais de dois milhões de pessoas e está a ser marginalizado.

Quanto ao PRR, o Governo tem frisado que os marcos e metas estão a ser cumpridos e rejeita atrasos. O que se sente no terreno? Só há dois projectos do PRR virados para estes sectores. Por exemplo, o projeto das aceleradoras digitais está numa situação mais atrasada. É um projeto para abranger 30.000 empresas e que tem 31 milhões de euros para distribuir para apoiar a sua digitalização. Dá uma média de 1.033 euros por empresa, o que é um valor baixíssimo. Resta saber se as empresas estão dispostas a percorrer toda a cadeia burocrática para poderem concorrer por valores tão baixos. Teria muito mais significado trabalharmos bem 10.000 empresas do que tentarmos trabalhar 30.000 para meros efeitos estatísticos.

O que significaria para o futuro da economia portuguesa falhar a execução desses fundos? Este atraso põe em risco o próprio PRR. Se não se conseguir encerrar no período previsto, corre-se o risco de perder muito do dinheiro que poderia ter sido utilizado. Mesmo o dinheiro que é gasto, a



eficácia pode ser muito mais baixa do que aquilo que está previsto. Corremos o risco de gastar o dinheiro com um efeito no curto prazo, mas não ter influência na alteração estrutural da economia.

Voltando à Concertação Social, como tem convivido a maioria absoluta com os parceiros sociais? Inicialmente, neste ciclo governativo, as questões não correram sempre bem, porque a base parlamentar não simpatizava com a

Concertação Social. Tivemos a ilusão de que com uma maioria absoluta a apoiar o Governo essa situação seria ultrapassada. Infelizmente, não foi. Temos tido reuniões regulares, mas achamos que o Governo não está a valorizar suficientemente o papel da Concertação Social.

Vamos à inflação. Enquanto presidente da CCP, consegue perceber como se explica a escalada dos preços? Não nos opomos a que se façam

Christina Baranaco

“

A ASAE tem funcionado de forma competente nos últimos anos, mas isto [preço dos bens alimentares] não é um problema de fiscalização. O primeiro passo é perceber o que é que se está a passar”

“

O país precisa de duas coisas: que a carga fiscal seja, pelo menos, reestruturada, e que a burocracia facilite o desenvolvimento da economia”

podará haver empolamento dos preços.

Mas sente que está ou não a haver especulação?
Numa economia de mercado, o conceito de especulação leva a discussão. Acharmos que deve ser encontrada uma entidade independente que faça essa análise e que a explique à opinião pública.

Portanto, anunciar o reforço da fiscalização por parte da ASAE, como tem feito o Governo, é curto?
É curto. Deve ser feito, mas não é a medida de fundo.

Que lhe parece a hipótese de congelar os preços de certos produtos?
A história em Portugal de congelamento dos preços nunca foi muito feliz. Não simpatizamos com esse tipo de procedimentos.

Em Espanha, o Governo optou por baixar o IVA. Por cá, o Governo rejeitou esse alívio com receio de que fosse absorvido, por exemplo, pelos retalhistas. Partilha desse receio?
Foi isso que se passou em Espanha. O mercado espanhol e o português, em termos de comportamentos, são muito semelhantes.

Descarta o alívio fiscal e o congelamento dos preços. Como é que se pode controlar, então, os preços?
O Governo deveria analisar e detetar [o que se passa]. A partir daí, mostrar à opinião pública se há ou não sectores que estão a abusar da sua posição. Além disso, existem mecanismos de concorrência que podem ser acionados. Existe uma Autoridade da Concorrência.

Que situação vivem atualmente as empresas do comércio e serviços?

Nota-se já uma quebra de poder de compra. Neste momento, há sectores do comércio, como vestuário e outros, que estão a ser claramente afetados. O sector da alimentação continua a crescer em valor, mas o número de unidades está a baixar e há transferência para produtos mais baratos. A exportação é um dos objetivos estratégicos, mas sem mercado interno não há subida de poder de compra e sem subida de poder de compra – não tenhamos ilusões – há limitações ao crescimento económico.

Essa subida do poder de compra está também na mão dos empregadores, através dos salários. Não?
Sim, mas as empresas em Portugal não têm lucros excessivos. Por outro lado, há muitos sectores em que o conteúdo de valor ainda é baixo e é por aí que se podem fazer crescer os salários.

O país está a precisar de um choque fiscal?
O país precisa de duas coisas: que a carga fiscal seja, pelo menos, reestruturada, e que a burocracia facilite o desenvolvimento da economia. Estar dois ou três anos à espera de um licenciamento – seja de uma obra, seja de uma autorização para instalar uma indústria ou um hotel – é bastante limitativo.

O desemprego está a subir há vários meses. Devemos estar em alerta?
Se falar com os empresários, a primeira preocupação é a falta de mão-de-obra, porque há um problema de desajustamento entre a oferta e as necessidades das empresas. A mão-de-obra não qualificada está a ser suprida, em parte, pela imigração. O Governo tem tomado medidas que agilizam a imigração, se bem que devia ser criado um sistema que tenha alguma lógica, porque em Portugal funcionamos na lógica do oito ou 80: antes, demorava-se três anos para obter uma licença de residência. Agora, de repente, em dois meses são 150.000. Isto depois também provoca algum descontrolo.

Mas o desemprego está ou não preocupado?
O desemprego tem aumentado, mas em contrapartida os inativos até têm baixado. Se esta tendência se mantiver, é de facto negativa.

Que avaliação faz do Governo de António Costa?
A política deste Governo foi uma desilusão. Havia uma expectativa de que uma maioria absoluta poderia melhorar o funcionamento da economia. Em vez disso, confrontamo-nos com uma série de perturbações internas do Governo autoprovocadas, grande parte delas, o que nos deixou um bocado perplexos. Ficou e está a ficar muito aquém das expectativas. ■

EUDAIMONIA

A revolta francesa: reformas por um canudo em Portugal?



Paulo Gonçalves Marcos
Presidente da direção do Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários

Estamos a assistir a uma enorme contestação social em França, tendo como pano de fundo as alterações legislativas que o presidente Emmanuel Macron pretende introduzir e que terão impacto na idade de reforma e no período mínimo de contribuições para a Segurança Social.

A primeira vista parece ser uma originalidade francesa. Afinal, a idade de reforma em Portugal está muito acima dos 64 anos que se pretende introduzir em França. Além disso, a reforma é apresentada pomposamente como “fator de sustentabilidade”. Quem poderia ser contra uma tão legítima preocupação?

Os franceses, claro está! Seis notas. A primeira para realçar que Macron teve apenas 27,5% de votos na primeira volta, momento em que se sufragaram os programas económicos. A dinâmica na segunda volta era já outra e visava evitar a eleição de Marine Le Pen. Ou seja, os resultados da primeira volta não permitem concluir que foi um plebiscito bem sucedido ao programa económico de Macron. Acresce que pouco tempo após a reeleição, o seu partido e aliados perderam a maioria legislativa.

A segunda é para frisar que todas as forças sindicais estão na rua em protesto. Não apenas os suspeitos do costume, mas também os moderados. Ou seja, a alteração legislativa que se pretende introduzir conseguiu construir uma frente alargada e representativa de oposição.

A terceira pretende sublinhar que esta alteração valerá apenas 2% a 4% das receitas da Segurança Social francesa, que se estima que entre em déficit a partir de 2030. Contudo, em qualquer cenário, e fruto de uma demografia mais favorável

do que na restante Europa ocidental, o peso das pensões no PIB continuará estável, pelas próximas décadas, em cerca de 14% do PIB. Portanto, não se está perante nenhuma emergência financeira ou social que justifique medidas drásticas.

A quarta nota serve para destacar que os sindicatos e a oposição parlamentar afirmam, sem exceção e com razão, que é uma alteração injusta, pois os custos incidem apenas sobre os trabalhadores no ativo, não sendo pedida nenhuma contribuição adicional aos reformados nem às empresas.

A quinta para notar que o plano de Macron se foca em soluções de equilíbrio de curto prazo. Teria sido melhor que incidisse em medidas para mitigar o desemprego e a saída precoce do mercado de trabalho de ativos mais experientes, a geração grisalha, afetada de forma desproporcional por reestruturadas empresariais, pela discriminação factual nos processos de contratação e por incapacidades de saúde para o trabalho.

A sexta nota para lembrar que Macron apresentou zero propostas para acabar com a discriminação etária na hora de recrutar e contratar; zero políticas na prevenção, muito deficitária, de acidentes físicos e ambientes de trabalho psicologicamente tóxicos; e zero propostas quanto ao reforço da formação e qualificação dos trabalhadores mais velhos, evitando a sua obsolescência.

Sem as medidas acima, o putativo aumento de receitas da Segurança Social francesa, pelo aumento da idade de reforma, será absorvido pelo aumento das despesas com o desemprego e incapacidades várias.

Os sindicatos pedem, e pedem bem, políticas ativas para aumentar a empregabilidade do grupo dos 55 aos 64 anos. Afinal, uma Segurança Social equilibrada é do interesse vital de todos os trabalhadores.

Alheado de tudo isto, e dos que nele votaram, Macron insiste numa punição cega dos trabalhadores no ativo, que conjugada com a inflação elevada (a maior redistribuição de rendimentos desde há 30 anos) e serviços públicos em deterioração, apenas abrirá caminho a soluções demagógicas. ■

fiscalizações. A ASAE tem funcionado de forma competente nos últimos anos, mas isto não é um problema de fiscalização. O primeiro passo é perceber o que é que se está a passar. Não está a ser feito um acompanhamento e tudo o que se diz é um bocadinho especulação impressionista. O primeiro passo será encontrar uma entidade independente, como uma universidade ou uma entidade independente credível, que faça um estudo de toda a cadeia de abastecimento, para verificar em que ponto é que